

Bancos aceitam renegociação plurianual

Previsão: no próximo ano, a nossa economia poderá crescer entre 5% e 6%.

A economia brasileira poderá crescer de 5 a 6% no próximo ano, mas o Banco Central vai elaborar os orçamentos públicos tomando como base uma estimativa mais conservadora: um crescimento da ordem de 3 a 4%. A partir daí é que negociará com os auditores do FMI e dos bancos credores.

Ontem, os economistas do FMI, Ana Maria Jul (foto), Henri Ghesquiere, Robert Sheeny e Joris Buyse, passaram o dia no Banco Central para avaliar dados mais atualizados de déficit público, crédito in-

terno líquido, balanço de pagamentos e dívida externa ao final de setembro. A aprovação dos tetos de setembro determinará a liberação, em dezembro, de mais US\$ 380 milhões do financiamento ampliado do FMI ao Brasil, além da parcela a ser liberada ainda este mês.

Na próxima semana, a missão do FMI concluirá a avaliação dos indicadores de setembro, traçará a projeção de fechamento do ano e depois iniciará o trabalho de acerto das metas para o primeiro trimestre de 1985.



Bancos credores

O Banco Central confirmou que, ainda na próxima semana, além do chefe da Divisão do Atlântico do FMI, Thomas Reichmann, chegarão a Brasília os economistas dos bancos credores, sob a chefia de Douglas Smeed, do Banco de Montreal. A discussão no Brasil com os técnicos do FMI e dos bancos marca apenas a segunda etapa da fase três de renegociação da dívida, a vencer a partir de 1985.

DEVEDORES E CREDORES REUNIDOS?

A proposta é do grupo de Cartagena, que quer uma reunião em fevereiro em São Domingos.

Uma proposta concreta dos devedores latino-americanos aos credores: promover uma reunião conjunta em fevereiro, na cidade de São Domingos, na República Dominicana, logo após a próxima assembleia-geral da OEA. Lá estarão os chanceleres dos 11 países que formam o chamado "grupo de Cartagena" e que são também os maiores devedores do continente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, República Dominicana, México, Uruguai e Venezuela. Eles querem a presença dos chanceleres e ministros das Finanças dos principais países credores, para tentar encaminhar uma solução negociada para a dívida externa latino-americana, que já atinge os US\$ 350 bilhões.

Enquanto os chanceleres dos principais países devedores da América Latina se reúnem em foro paralelo, a Organização dos Estados Americanos (OEA) continuava discutindo ontem a proposta do chanceler norte-americano George Shultz (foto), para que os países em desenvolvimento estimulem a entrada de investimentos estrangeiros. Até ontem, apenas o Chile, em reuniões na comissão de assuntos econômicos e sociais, havia aceitado sem restrições a proposta norte-americana.

Os signatários de Cartagena vão propor a seis países industrializados — Estados Unidos, Canadá, Japão, França, Alemanha e Itália — a abertura de canal para um diálogo direto, nos moldes da Asean (Associação dos Países do Sudeste Asiático). Essa associação mantém reuniões formais, periodi-



camente, com os países industrializados, para resolver problemas econômicos e sociais que preocupam ambos os lados.

"Porta aberta"

"Foi uma idéia brilhante, que surgiu na reunião de hoje (ontem)", explicou, eufórico, o chanceler colombiano Augusto Ocampo. A princípio, aos devedores pretendem convidar dois ministros de Relações Exteriores e dois ministros de Finanças de países industrializados, e mais um representante da Comunidade Econômica Européia (CEE). O interesse maior é para que os ministros sejam dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Japão, os principais credores da região.

Informações dos devedores indicam que a proposta começou a ser delineada depois do encontro, domingo, com o chanceler George

Shultz. Consideram os latino-americanos que "houve a abertura da porta para o diálogo", não obstante o governo dos EUA insista que a dívida externa é um problema econômico e, como tal, não merece o tratamento político desejado pelos endividados. "Queremos romper o gelo e dialogar", insiste Ocampo, apoiado pelos demais chanceleres.

Para os devedores da América Latina, a proposta de George Shultz para que a dívida seja solucionada por meio de estímulo à entrada de capital de risco é simplesmente irreal. Afinal, no caso brasileiro, por exemplo, até hoje só entraram US\$ 21 bilhões em investimentos, mesmo com todo o estímulo dado pelo governo. A proposta dos EUA foi reiterada na comissão de assuntos econômicos e sociais da OEA. E mereceu rejeição do Brasil, Argentina e México, principalmente. A preocupação desses países é de que os EUA querem investir prioritariamente em setores estratégicos. No Brasil o setor mais visado é a informática.

Mais do que investimentos, os países latino-americanos insistem na necessidade de liberalização do comércio. Nesse sentido, ontem eles consideravam que, embora dois países da região sejam os principais beneficiários do Sistema Geral de Preferências (SGP), ainda é inadequado o tratamento do atual sistema. Reconheceram que, dada a mudança recente da lei, ainda não se pode discutir a fundo suas implicações, mas é importante que os EUA tenham a possibilidade de conhecer o inquietude dos estados membros da OEA.

Os grandes bancos internacionais estão prontos, em princípio, a aceitar um reescalonamento plurianual da dívida externa brasileira. Aham que a economia do País precisa de reformas estruturais além da simples austeridade e só podem negociar com o governo que existe legalmente agora, na esperança de que o próximo honre os seus compromissos. Dada a situação do Brasil, consideram que o próximo governo não terá muito campo de manobra.

As informações foram prestadas a este jornal por um banqueiro de Nova York que participou, na tarde de ontem, da reunião do comitê de bancos que assessora o Brasil, na sede do Citicorp. O comitê, formado por 14 bancos internacionais, é presidido por William Rhodes, vice-presidente do Citibank.

O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, segundo um dos participantes, limitou-se a avisar-se com Rhodes durante uns cinco minutos, mas não permaneceu no local para a reunião do comitê.

Pastore deve apresentar hoje aos banqueiros os pormenores de seu plano de reescalonamento das amortizações previstas para o período que vai de 1985 a 1990 ou 91 (num total superior a US\$ 49 bilhões), isto é, pedirá, segundo os banqueiros, um reescalonamento plurianual das amortizações do principal da dívida externa brasileira nos moldes em que se formalizaram as negociações com o México há poucos meses. Os bancos esperam ainda que Pastore solicite uma redução das taxas de risco e das comissões cobradas do Brasil mas que não fará pedido de dinheiro novo. Os bancos, contudo, não prevêem a concessão ao Brasil de um período de carência pelo menos não substancial no reescalonamento que poderá ser realizado.

Os subcomitê dos bancos, na verdade, ajudou o Banco Central a preparar as projeções econômicas até o fim da década e praticamente as endossou, disse a fonte. Nessas projeções, só a taxa interbancária de Londres foi utilizada, o que parece significar que os bancos estão dispostos a abandonar a taxa de referência norte-americana, mais onerosa.

Durante a reunião, o subcomitê

O déficit, subindo. E Reagan se opõe ao aumento de impostos.

O presidente Ronald Reagan continua a opor-se ao aumento de impostos, apesar de as projeções para o déficit orçamentário subirem constantemente. "Não tenho muita fé nas projeções", disse Reagan, ao mesmo tempo em que, segundo fontes oficiais, as estimativas sobre



Eles esperam que o futuro governo cumpra o que ficar acertado com as autoridades atuais. E concordam em que faltam reformas estruturais para estabilizar a economia brasileira.

econômico fez uma exposição sobre a economia brasileira e sua esperada evolução, enquanto o subcomitê do comércio discorreu sobre as linhas de crédito comerciais, abertas para o país, inclusive do Eximbank e outros trataram do projeto 4, ou seja, dos depósitos interbancários.

O otimismo do FMI

O economista Thomas Reichmann, do FMI, forneceu aos banqueiros a visão da instituição sobre o Brasil. Os presentes consideraram sua exposição otimista. Reichmann teria qualificado de espetacular o desempenho externo do Brasil. Contudo, disse que a inflação preocupa. A seu ver, a política fiscal do governo também não foi suficientemente restritiva, tendo-se em vista o alto nível de reservas acumulado pelo país. Observou ser irônico que o êxito do Brasil no setor externo tenha contribuído para criar-lhe dificuldades no plano interno.

Os banqueiros previram que os seus empréstimos ao Brasil deverão crescer modestamente até o final da década.

"Uma coisa interessante é que as projeções do subcomitê econômico e do governo indicam que a presença do setor privado na eco-

nomia crescerá e a do setor oficial diminuirá nos próximos anos", afirmou um banqueiro. Disse que haverá uma queda do consumo no país e um aumento da poupança e dos investimentos privados.

Na discussão, os banqueiros reconheceram que estão negociando com um governo que será substituído dentro de pouco tempo. Mas, a seu ver, "a situação do Brasil é tal que o próximo governo não terá muito campo de manobra".

"O Fundo Monetário e os bancos só têm a opção de negociar com esse governo na esperança de que o próximo honre os compromissos deste que está aí. Legalmente, os bancos não têm alternativa, mas de qualquer modo acham que não haverá mudanças radicais no País depois de março", afirmou o representante de um dos maiores bancos dos Estados Unidos.

Para lidar com os problemas do País, os grandes bancos estão convencidos de que, se forem tomadas apenas medidas restritivas, corre-se o risco de matar o paciente.

"E preciso mudar estruturalmente o País", afirmou. Na discussão de ontem, os banqueiros não entraram em pormenores quanto a esse ponto, mas salientaram ser necessário combinar as medidas restritivas com as mudanças estruturais, "já que a estrutura econômica do País é inadequada. Tem de haver mudanças radicais", disse, observando ainda que todos os presentes, inclusive o representante do FMI, parecem concordar com essa análise do problema.

Retificação

Na matéria "Inflação, assunto de Galvêas com o FMI", publicada ontem, houve um erro de redação. Onde se lê que o ministro Ernane Galvêas disse que "o Brasil obteve uma redução de 0,5% no déficit operacional, como se sabia, embora o déficit nominal tenha violado as metas acertadas com o Fundo", o correto é o seguinte: "o Brasil obteve um superávit de 0,5% no orçamento operacional, como se sabia, embora o déficit no orçamento nominal tenha violado as metas acertadas com o Fundo".

A.M. Pimenta Neves
correspondente
em Washington

Reagan se opõe ao aumento de impostos

o déficit subiam US\$ 20 bilhões em sete dias. No semana passada, David Stockman, chefe do Departamento de Orçamento, calculara que os números vermelhos alcançariam US\$ 190 bilhões no ano fiscal de 1985, que começou dia 1º de outubro. Agora, e conforme disse a Reagan,

nomia crescerá e a do setor oficial diminuirá nos próximos anos", afirmou um banqueiro. Disse que haverá uma queda do consumo no país e um aumento da poupança e dos investimentos privados.

Na discussão, os banqueiros reconheceram que estão negociando com um governo que será substituído dentro de pouco tempo. Mas, a seu ver, "a situação do Brasil é tal que o próximo governo não terá muito campo de manobra".

"O Fundo Monetário e os bancos só têm a opção de negociar com esse governo na esperança de que o próximo honre os compromissos deste que está aí. Legalmente, os bancos não têm alternativa, mas de qualquer modo acham que não haverá mudanças radicais no País depois de março", afirmou o representante de um dos maiores bancos dos Estados Unidos.

Para lidar com os problemas do País, os grandes bancos estão convencidos de que, se forem tomadas apenas medidas restritivas, corre-se o risco de matar o paciente.

"E preciso mudar estruturalmente o País", afirmou. Na discussão de ontem, os banqueiros não entraram em pormenores quanto a esse ponto, mas salientaram ser necessário combinar as medidas restritivas com as mudanças estruturais, "já que a estrutura econômica do País é inadequada. Tem de haver mudanças radicais", disse, observando ainda que todos os presentes, inclusive o representante do FMI, parecem concordar com essa análise do problema.

Retificação

Na matéria "Inflação, assunto de Galvêas com o FMI", publicada ontem, houve um erro de redação. Onde se lê que o ministro Ernane Galvêas disse que "o Brasil obteve uma redução de 0,5% no déficit operacional, como se sabia, embora o déficit nominal tenha violado as metas acertadas com o Fundo", o correto é o seguinte: "o Brasil obteve um superávit de 0,5% no orçamento operacional, como se sabia, embora o déficit no orçamento nominal tenha violado as metas acertadas com o Fundo".

A.M. Pimenta Neves
correspondente
em Washington

Reagan se opõe ao aumento de impostos

o déficit subiam US\$ 20 bilhões em sete dias. No semana passada, David Stockman, chefe do Departamento de Orçamento, calculara que os números vermelhos alcançariam US\$ 190 bilhões no ano fiscal de 1985, que começou dia 1º de outubro. Agora, e conforme disse a Reagan,